

Coim
Cat. XXV
Cat. B
N.º

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO I



COIMBRA / 1940

Haverá, por vezes, atritos, mas esses mesmos não podem ser considerados senão como o resultado duma crise de adaptação que, afinal de contas, não é senão uma crise de desenvolvimento.

Fazendo estes comentários com que pretendemos apreciar não todos os passos desta monografia que nos suscitaram reparos, mas simplesmente aqueles que mais chamaram a nossa atenção, não nos moveu o propósito de amesquinhar um trabalho que de modo nenhum cometeremos a injustiça de considerar desvalioso. Pelo contrário: estamos plenamente convencidos de que a crítica, mesmo a mais severa, não poderá esquecer nunca que o Dr. Alfredo Pimenta conseguiu carrear um número considerável de materiais de indiscutível utilidade para a história de Guimarães, e tanto basta para se considerar benemérito o seu esforço.

T. S. S.

CARL ERDMANN: *A ideia de cruzada em Portugal* (versão portuguesa de A. Pinto de Carvalho), Coimbra, 1940, 58 págs.

Publicada por iniciativa do *Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, a versão portuguesa dêste interessantíssimo estudo do Prof. Erdmann veio, apesar de todos os seus defeitos, prestar um grande serviço aos nossos estudiosos que dificilmente poderiam ler o trabalho em alemão.

Constitue o estudo do ilustre historiador uma verdadeira tese exposta sumariamente, mas com um rigor e uma clareza verdadeiramente científicos. Não obstante, C. E., atendo-se apenas a um certo número de factores muito elucidativos, é certo, mas que não permitem ver os acontecimentos senão sob determinado aspecto, não conseguiu apreender perfeitamente o carácter do movimento da Reconquista em toda a sua complexidade.

Assim, os erros de visão, que a meu ver o Autor comete, não derivam de um erro de método, mas simplesmente da circunstância

de ter desprezado alguns elementos, que, segundo creio, contribuem também, e não menos decisivamente, para caracterizar aquêle movimento. E daí a fragilidade da sua construção.

Divide-se o estudo de C. E., de acordo com a tese que defende, em duas parte : na primeira, que abrange os dois primeiros parágrafos (i — Os portugueses em face das cruzadas ; n — Carácter da guerra dos portugueses contra os mouros, de 1095 a 1195), estuda o Autor o período em que o carácter da guerra com os muçulmanos é especificamente português e peninsular; na segunda, compreendendo os três últimos parágrafos (ui — Influências estranhas. Princípios das ordens militares ; iv — A guerra contra os mouros torna-se cruzada (1195-1260); v — As últimas lutas com mouros. Conseqüências), põe em relêvo o aparecimento das ordens militares no tablado da luta contra os sarracenos, analisando a influência que a sua acção exerceu na transformação do espírito tradicional peninsular da luta em verdadeiro espírito de cruzada, segundo a concepção corrente nos países da Europa transpirenaica.

Antes, porém, o Autor, em algumas considerações de ordem geral, fixa ideias e estabelece princípios que merecem especial atenção, tanto mais que é sobre êles que desenvolve a sua tese. E por isso entendemos dever fazer-lhes referência.

Não me parece que seja ponto perfeitamente assente «que as viagens de descobrimento foram, historicamente, a continuação imediata da guerra com os mouros». O exemplo, que o Autor apresenta, de ter Colombo tratado com os Reis Católicos a sua viagem à América na cidade de Santa Fé, poucos meses depois da rendição de Granada, é mera coincidência sem sentido.

De resto, é sabido que, se os aragoneses (refiro-me especialmente aos catalães e aos maiorquinos) tinham uma esplêndida tradição marítima, o mesmo se não 'dava com os castelhanos. E não foi, certamente, a experiência aragonesa que interveio no empreendimento colombino. E hoje sabido de todos que os conhecimentos do navegador genovês, que pretendia executar o plano de atingir a Índia pelo ocidente, lhe foram ministrados pelos portugueses. E se a conquista de Granada aos mouros tornou mais viável a aceitação do seu plano pelos Reis Católicos,

estes não teriam, certamente, promovido a viagem se Colombo ficasse em Portugal. Mas, nem mesmo do lado dos portugueses se pode admitir uma continuidade histórica entre o movimento da Reconquista e a expansão ultramarina. Há, é certo, muitos pontos de contacto entre as duas acções, mas pontos de contacto que apenas se podem filiar na repetição de circunstâncias idênticas ou semelhantes (4).

Erdmann põe, em seguida, a questão, que desenvolverá na primeira parte do seu trabalho, de poderem ou não as guerras com os mouros, na Península, ser consideradas como *cruzadas*, julgando que «não precisamos de ligar importância à questão de saber se se trata de antagonismo religioso mais do que étnico», «visto que fé e raça andam intimamente ligadas».

A verdade, porém, é que nem sempre a questão religiosa anda ligada à questão étnica—e não anda nunca, certamente, no caso do cristianismo católico.

Mas é incontestável que ao conceito de religião foi sempre inerente um determinado conceito de civilização.

— Batiam-se por ele os homens da Reconquista ?

Erdmann, considerando que só mais tarde — e em resultado de influências estranhas — a luta contra os sarracenos teve, entre nós, o verdadeiro sentido de cruzada, chega mesmo a afirmar que, primeiramente, o seu carácter era meramente profano.

Nada menos verdadeiro.

Evidentemente que, se dermos à expressão «cruzada» o sentido específico que lhe é atribuído para caracterizar determinado movimento que tinha, como é natural, uma feição própria, então (*)

(*) Não nos parece, por isso, admissível terem as ordens militares estabelecido a ligação «entre a guerra mourisca do tempo das cruzadas e as viagens de descobrimento» — como observa Erdmann no fim do seu opúsculo — pois é evidente que, se os recursos indispensáveis ao Infante para dar execução à empresa das navegações lhe advieram da Ordem de Cristo, a ideia dos empreendimentos marítimos lhe é absolutamente estranha.

Portanto, se estes tiveram por vezes o carácter de verdadeira cruzada, isso não pode ser atribuído a qualquer influência exercida pelas ordens de cavalaria ; deve-se apenas, creio eu, à circunstância da empresa dos descobrimentos se ter de mover num plano internacional, necessitando, portanto? da protecção ou pelo menos da sanção da Santa Sé. A isso se somou o facto de se repetirem, especialmente no norte de África, as mesmas circunstâncias que se tinham verificado na reconquista da Península.

não se pode de modo nenhum atribuir à luta da Reconquista o carácter de cruzada. Mas se lhe dermos a significação geral de luta religiosa de desagravo, que também tinha e está até na base de todo o movimento — que constitúe o próprio' fulcro da ideia de cruzada — então é evidente que a guerra da Reconquista teve, desde a sua origem, esse carácter.

E certo que o elemento moçárabe que, a partir dos fins do século ix ⁽²⁾, se imiscue tão profundamente com as populações cristãs livres, constituiu um traço de ligação entre os contendores em luta. Mas enganar-se-á quem supuzer que êle desvirtuou o seu carácter, pois, apesar de todas as transigências e de todas as defecções, a Reconquista foi sempre um movimento fundamentalmente religioso.

Em conclusão: a ideia propulsora dos dois movimentos é a mesma; mas, tanto ao movimento das cruzadas como ao da reconquista, os povos que neles participaram e as circunstâncias em que se deram, imprimiram, como é natural, forte carácter — e daí o abismo que chegou a afastá-los. Em todo o caso, abismo não grande que separasse irremediavelmente as duas concepções. Erdmann mostra-nos, com uma argumentação extraordinariamente penetrante, como foi possível aproximá-las e até confundi-las; mas não pôs em relevo nem sequer tomou em consideração factores de ordem local que contribuíram, pelo menos tanto como aquêles que o historiador alemão põe em evidência, para a transformação que se operou.

E incontestável que, até aos fins do século xn, os portugueses se desinteressaram sistematicamente do movimento das cruzadas, e que, mesmo depois, nunca a ideia de participar nelas esteve na raiz das nossas preocupações políticas ou religiosas. Encarou-se, é certo, algumas vezes, a possibilidade de lhe darmos a nossa colaboração, e houve portugueses que realmente lha deram, mas isso não significa uma orientação geral nem sequer predominante. Erdmann deixou-o provado de uma maneira absolutamente convincente.

(2) Refiro-me, evidentemente, à região leonesa, pois, entre nós, só me parece licito falar em influência moçárabe a partir do século xi, sobretudo após a segunda reconquista de Coimbra em 1064.

Mas nem por isso me parece justificável a ideia de que esse desinteresse se deve à «pouca inclinação do povo português para aventuras dêsse calibre». A circunstância de não tomarem a cruz para a luta contra os sarracenos, não tira a essa luta o carácter religioso.

O próprio facto, posto em relêvo por C. E., de, já no século xn, o Papa conceder indulgência aos que participassem na guerra contra os mouros, dá-nos bem a ideia do sentido da luta.

O célebre discurso do bispo do Porto D. Pedro Pitões aos cruzados não foi propriamente uma exortação à desistência da cruzada; nem me parece razoável afirmar que o prelado portucalese «apelou menos para os sentimentos religiosos do que tentou amortecê-los». O facto do bispo D. Pedro frisar que a guerra contra os muçulmanos na Península era uma guerra de justa defesa, não creio contrariar o verdadeiro espírito de cruzada. Pois não foi o propósito de justa defesa do Santo Sepulcro que levou à prêgação da Cruzada ?

E certo que circunstâncias tão diversas como eram aquelas em que se desenvolvia a luta contra os infieis na Terra Santa e na Península não podiam deixar de lhe imprimir características bem distintas. A própria circunstância de não se sentirem na Europa os efeitos immediatos da acção dos turcos na Palestina havia de levar o pensamento de cruzada por um lado à exaltação do sentimento religioso, e por outro ao desenvolvimento do espirito de aventura.

Entre nós, pelo contrário, os efeitos da investida dos infieis eram palpáveis, sentiam-ae mesmo dolorosamente; por isso, ao sentimento religioso da luta aliava-se tão intimamente o da própria defesa, 'que aquêlê sentimento não se exacerbou e, conseqüentemente, não se adulterou — e é por isso mesmo que parece passar para o segundo plano, não estar mesmo no espirito da luta.

A diferente maneira como em 1147 foi conduzido o combate à volta de Lisboa por portugueses e cruzados, longe de demonstrar, como quer Erdmann, uma opposição entre princípios, traduz apenas essa circunstância (3).

(3) Também lhe não devia ser estranho o facto de haver moçarabes — que nem por isso deixavam de ser cristãos — na cidade, pois, como é natural, havia, entre eles e os portugueses, uma afinidade muito mais estreita

Mas, como observa C. E., não era possível subtraímo-nos às influências recebidas de fora, sobretudo através das ordens de cavalaria que se estabeleceram no nosso país. A transformação que, embora lentamente, se vai operando a partir daí, é muito bem observada pelo historiador alemão. A concessão de indulgências de cruzada; a faculdade concedida ao prior de Santa Cruz de dar a cruz a peregrinos para combater os infieis, e de impor penitências públicas com o mesmo fim; depois, a batalha de Navas de Tolosa e a luta em volta de Alcácer do Sal — as primeiras empresas em Espanha e em Portugal que teem verdadeiramente o carácter de cruzada ; demonstram que, de facto, esse espírito foi ganhando o nosso povo e, conseqüentemente, cada vez mais se foi adulterando o sentimento tradicional da luta contra os sarracenos. Mas isto não quer dizer que só então o entusiasmo guerreiro ganhou a gente portuguesa (4).

O contraste entre a atitude de D. Afonso n, que não tomou parte na batalha de Navas nem no cerco de Alcácer, e o entusiasmo belicoso de seu filho e sucessor, que repetidamente pediu e conseguiu do Papa indulgências para o seu exército, não me parece de modo nenhum significativo, pois é sabido que a ausência do segundo Afonso resultava apenas da sua incapacidade física para tomar parte em qualquer empresa militar (5).

do que entre eles e os cruzados, que dificilmente os distinguiriam dos sarracenos.

(4) «A partir desse momento — diz Erdmann — também em Portugal se quebrou o gelo» — conceito que exprime uma idéia que nos parece inteiramente falsa.

(5) Erdmann chama ao exército português que tomou parte no cerco de Alcácer «exército auxiliar constituído por portugueses e espanhóis» — o que nos pode levar a supor ter sido insignificante, ou pelo menos secundário, o esforço português na luta.

A verdade, porém, é que não só a iniciativa do empreendimento é portuguesa, mas também a nossa quota de esforço não foi assim tão despidida como pretende o historiador alemão. É certo que o exército português, que logo se organizou, não foi extraordinariamente avultado. Mas não podemos esquecer que, depois, quando se constituiu um novo exército para reforçar os sitiados, ao lado dos cavaleiros das diversas ordens militares que acorreram de toda a parte, incluindo de Espanha, também vieram cavaleiros não professos e os nossos peões que já tanto se tinham distinguido em Navas de Tolosa. Parece até que os cruzados não tomaram parte na batalha cam-

Nem tão pouco me parece que a transformação operada tenha alguma coisa que ver com a tardia evolução da cultura em Portugal, na Idade-Média (6).

E certo que a influência estrangeira, que cada vez mais se vinha fazendo sentir entre nós, especialmente através das ordens militares, contribuiu enormemente para fazer desabrochar a ideia de cruzada. Mas não devemos esquecer outros factores que o historiador alemão nem sequer considera.

Assim, a circunstância da luta se travar agora sobre as planuras alentejanas, dando-lhe uma feição mais célere, mais dinâmica, tornava-a, por isso mesmo, menos propícia a entendimentos e a transigências ; e, por outro lado, a invasão dos almóadas ferozmente sectários, tornando extremamente precárias as condições de vida dos moçárabes, provocou, naturalmente, da parte dos cristãos, reacções idênticas (7).

E vou até considerar estas circunstâncias como as que mais profundamente contribuíram para a transformação que Erdmann pôs em relêvo com um espírito crítico tão arguto e penetrante.

Mas, apesar de todas estas divergências, considero como provada, nas suas linhas gerais, a tese do eminente historiador alemão, que tanto contribue para nos fazer compreender a evolução do espírito da luta da reconquista em Portugal, nos seus dois últimos séculos.

T. S. S.

pal que se travou após a chegada desses reforços, e que veio, afinal, a decidir a sorte da praça.

Por outro lado, ao contrário do que parece julgar Erdmann, não é possível pôr em dúvida a boa-vontade e o apoio do Rei.

(6) Erdmann chega mesmo a afirmar que, ao tempo da primeira cruzada, a consciência moral dos portugueses não subira ainda à altura de conceber uma guerra orientada para fins cristãos—o que me parece simplesmente absurdo.

(7) A esta mesma conclusão chegou Ruy de Azevedo pela análise das fontes diplomáticas.